

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 602.2/2011	2
Resoluções de Afastamentos nº 606 a 609/2011	2
Ata da 2035ª Sessão Ordinária na Íntegra	2

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****R E S O L U Ç Ã O N º 602.2/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 08.09 a 12.09.2011, **com saída a partir das 12:00 horas do dia 08.09.2011**, aonde o mesmo participará de reunião com o deputado Estadual, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado Amazonas para buscar informações sobre a lei de remuneração através de subsídios, para Policiais e Bombeiros Militar, que se encontra na Casa Civil do Governo do Amazonas, que em breve será encaminhada ao Poder Legislativo daquele Estado, com ônus para este Poder, no tocante a 04 (quatro) diárias.

Palácio Antônio Martins, 06 de setembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 606/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

1º **RETIFICAR** a Resolução nº 605/2011, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1183, de 12 de setembro de 2011.

2º **Onde se lê:** Com ônus para este Poder. **Leia-se:** Com ônus para este Poder, no tocante a 01 (uma) diária para cada servidora.

Palácio Antônio Martins, 13 de setembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 607/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**, para a cidade de Goiânia-GO, no período de 14.09 a 20.09.2011, aonde o mesmo tratará de assuntos inerentes às suas atividades parlamentar, com ônus para este Poder, somente no tocante às passagens aéreas.

Palácio Antônio Martins, 13 de setembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 608/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **MARIA DO SOCORRO SALDANHA PANTOJA, FS-3**, para a cidade de Goiânia-GO, no período de 14.09 a 20.09.2011, aonde a mesma acompanhará o deputado Francisco Assis da Silveira, que tratará de assuntos inerentes às suas atividades parlamentar, com ônus para este Poder, somente no tocante às passagens aéreas.

Palácio Antônio Martins, 13 de setembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 609/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do servidor **FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA, Assessor Especial**, para as cidades de Brasília-DF e Belém-PA, no período de 14.09 a 19.09.2011, aonde o mesmo visitará a Câmara Distrital e a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com vistas a tratar de assuntos relacionados à Gestão de Pessoas naqueles Legislativos, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de setembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2035ª SESSÃO, EM 09 DE AGOSTO.

41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORORNEL

CHAGAS.

Às nove horas do dia nove de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que procedo à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Memorando nº 058/11, de 04.08.11, do Gabinete do Deputado Gabriel Picanço, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 04/08/11.

- Proposta de Emenda à Constituição s/nº, de vários Deputados, dando nova redação ao §2º, do artigo 30, da Constituição do Estado de Roraima.

- Projeto de Lei s/nº, do Deputado Joaquim Ruiz, dispendo sobre a proibição do uso de capacete dentro de estabelecimentos comerciais no Estado de Roraima.

- Projeto de Lei s/nº, do Deputado Erci de Moraes, dispendo sobre a proibição do uso de equipamentos de comunicação em estabelecimentos bancários e casas lotéricas e dá outras providências.

- Projeto de Lei Complementar s/nº, do Deputado Brito Bezerra, autorizando o Poder Executivo a dar nova redação ao art. 32, I, da Lei Complementar nº 59 de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre as alíquotas do ICMS nas operações que indica.

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado Francisco Assis da Silveira, ao Governador do Estado de Roraima, “solicitando a colocação de aproximadamente 18 transformadores na rede elétrica na estrada Vicinal 01, conhecida como estrada Tronco, em Campos Novos – Município de Iracema.

EXTERNOS:

- Ofício Circular nº 015/2011-DIPLE/TCERR, de 02/08/11, encaminhando Cumprimento de Deliberação do TC-RR.

- Ofício Circular s/nº, de 13/12/10, do Partido Republicano da Ordem Social, solicitando encaminhar, para conhecimento, o manifesto de apoio ao PROS - Partido Republicano da Ordem Social.

- Ofício nº 006/2011, de 10/07/11, do Sindicato dos Servidores Não Concursados do Estado de Roraima, comunicando o interesse de participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 18, para tratar do PECs 212/2005 e 516/2011, bem como, apresentar sugestões do Decreto de nº 7.514.

- Ofício nº 187/11, de 08.08.11, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima IPEM/RR, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, referente ao mês de julho de 2011.

Era o que do Expediente, Senhor Presidente.

Convido os oradores inscritos para o Grande Expediente:

O Senhor Deputado **Flamarion Portela**- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Gabriel, o Deputado Mecias e eu, na sexta passada, percorremos ao longo da BR 174 sul, chegamos até próximo a Rorainópolis, onde encontramos o grupo de manifestantes, movimento dos caminhoneiros fechando a BR 174.

Há algum tempo que venho pesquisando a respeito dos contratos da BR 174. E, não só nós, mas todos, que trafegam pela BR, ficam realmente assustados, apavorados com a péssima condição de trafegabilidade, para se ter uma ideia uma Ranger do Poder Legislativo, que transportava os nossos jornalistas, teve a barra de direção quebrada, e quase acontece um acidente gravíssimo. Foi em um aterro alto e em baixo tem um lago, conseqüentemente, se o carro descesse o aterro poderia acontecer o pior, uma situação de risco grande de vida.

Mas, ao fazer esse cruzamento, Deputado Mecias e Deputado Gabriel, procurei três contratos, para reconstrução da BR 174, também os contratos da 210, mas, até agora, só duas BRs. não fiz o da 432, 433 e da 401. Fui cruzar os contratos dos recursos oriundos do BNDS para o asfaltamento das nossas estradas troncos, que o governo chamou de PRODESAIMA o convênio entre a CODESAIMA e o governo de Roraima. Então, esse é nome do programa.

Como o vice-governador se encontrava lá com os caminhoneiros, prometeu que, a partir desta semana, iria acontecer uma operação tapa-buracos já com os contratos firmados, então peguei esses contratos, Deputado **Mecias**, e vou pormenorizá-los. Excelências, prestem atenção no que vou falar. O primeiro trecho de Boa Vista a Caracará, pasmem os Senhores, pelo trabalho de conservação e manutenção, as empresas que vão executar os serviços: CONSTRUCON estipulou o valor de cinco milhões setecentos e sessenta e cinco mil e cento e setenta e um reais e vinte quatro

centavos, com o prazo para execução do serviço de setecentos e trinta dias, no trecho de Caracará ao Igarapé CALEF; pela operação tapa-buracos, a construtora cobra cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil e trezentos e trinta com o prazo de cinco, e setecentos e trinta dias para execução, no trecho do Igarapé CALEF ao SEABRA. Na operação tapa-buracos, a construtora CMM, fixou o valor de cinco milhões oitocentos e quarenta e oito mil e cento e quarenta e três, e dezoito centavos, o prazo também de setecentos e trinta dias para executar o serviço, no trecho entre Seabra e Igarapé do Arruda. A construtora COEMA com o valor de quatro milhões e noventa e quatro e quatrocentos e vinte sete e noventa e um, no prazo de setecentos e trinta dias, no trecho do Igarapé Arruda até a divisa; Delta engenharia, o custo de seis milhões trezentos e noventa e seis, setecentos e quarenta e cinco e vinte seis. Pois bem, depois eu fui cruzar para ver se essas mesmas empresas tinham convênio com o PRODESAIMA, se eles tinham contratos com recursos oriundos do BNDES que nós aprovamos o valor de cento e quarenta e cinco milhões. A CONSTRUCON acaba de receber um contrato de cinco milhões, setecentos e sessenta e cinco para conservação e manutenção da BR 174 até Caracará, mas ela já tem um contrato da PRODESAIMA de sete milhões e cento e sessenta e nove, seiscentos e vinte seis, zero nove. A COEMA que pegou um contrato de quatro milhões e novecentos reais para a operação tapa-buraco já tem no PRODESAIMA dois contratos, Deputado **Mecias**, um de quatorze milhões, quinhentos e treze, seiscentos e sessenta e cinco e setenta e quatro, e outro de três milhões, setecentos e trinta e um e seiscentos e oitenta e oito. A CMM que está fazendo a reconstrução da BR-210 tem um contrato de setenta milhões e meio. Agora, pegou um contrato na operação tapa-buracos na BR-174, do Igarapé Caleffi ao Seabra, por cinco milhões e oitocentos. E a Delta tem um contrato de cento e dezessete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta seis reais e noventa e cinco centavos. Agora, há um outro contrato em duplicidade, Deputado **Marcelo**, na BR-174 para o mesmo trecho que esta empresa tem contrato para reconstruir também tem para tapa buracos com o valor de seis milhões, trezentos e noventa e seis, setecentos e quarenta e cinco e vinte e seis. A BR-210 que está sendo feita pela CMM, Deputado **Mecias**, quem pegou o trabalho de tapa-buracos lá foi a Pampulha, através de convênio federal, no valor de quatro milhões, cinquenta mil, trezentos e dezenove reais e vinte e sete centavos. Mas, a Pampulha tem cinco contratos com recursos do BNDS, totalizando quarenta e sete milhões de contratos.

Por que uma empresa que já tem quarenta e sete milhões de contratos, tem que pegar mais um para ir para quase cinquenta e três milhões, enquanto o 6º BEC não tem nenhum contrato? Continua sem prestar serviço para Roraima, não porque não queira ou porque não tenha competência, mas porque não tem oportunidade. Mas, o 6º BEC é chamado para trabalhar nos Estados vizinhos.

Deputada **Aurelina Medeiros**, eu tenho a somatória desses contratos, é só para tapar buracos na BR-174, pois agora estão sendo emitidas cinco ordens de serviços com a BR-210 no total de trinta e dois milhões de reais para tapar buracos. Parece que estamos brincando com dinheiro, mas trinta e dois milhões para tapar buracos quando temos aqui quinhentos e sessenta milhões para refazer a BR-174. Estão aqui os contratos, todos eles de cento e vinte e dois milhões, de cento e dezessete milhões, de cento e vinte e um milhões e etc. São quinhentos e sessenta milhões para refazer a BR-174, mas agora estamos aqui tapando buracos com trinta e dois milhões. E tem um trecho, Deputado **Joaquim**, de Boa Vista a Caracará, que a construtora CONSTRUCON ganhou de cinco milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, cento e setenta e um reais e vinte e quatro centavos para conserva e manutenção até Caracará.

Então, somando o PRODAZEN que é um recurso do BNDES, que nós aprovamos nesta Casa o montante contratado de cento e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e nove reais, quatrocentos e sessenta e quatro mil e vinte centavos. Mas, somente duas empresas ganharam mais da metade desse valor, uma tem três contratos e a outra tem seis.

O sentimento que eu tenho, meus amigos, meus caros Parlamentares, é que Roraima está brincando com dinheiro. Eu somei esses valores aqui, só aqui eu estou falando de oitocentos milhões de reais para uma população de 425 mil. Só nas BRs 174, 210, os contratos do PRODESAIMA somam oitocentos milhões de reais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado **Flamarion Portela**, pelo que eu ouvi no seu pronunciamento, a Pampulha bamburrou. Não fez absolutamente nada do serviço para o qual foi contratado, e tem mais de quarenta e sete milhões em contratos.

Eu gostaria saber de Vossa Excelência se foi exatamente para a manutenção no trecho Boa Vista/Caracará porque esse asfalto acabou de ser feito por um preço milionário, já indicado pelo Tribunal de Contas da União de que foi superfaturado em mais de vinte e quatro milhões de reais. E, aí, já tem um contrato de manutenção acima de cinco milhões de reais. Realmente, é um absurdo. O 6º BEC não foi contratado nenhuma vez aqui em Roraima nem vai porque o 6º BEC não tem a máquina que o Governador do Estado precisa, que é a máquina de laçar dinheiro. Se o Governo de Roraima quiser uma máquina de lavar dinheiro como aqui ele está usando, certamente, o 6º BEC não tem, então, por isso, ele não irá ser contratado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Concedo um aparte ao Deputado **Brito Bezerra**.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado **Flamarion**, parabéns pelas colocações e gostaria de contribuir com Vossa Excelência dizendo devido à gravidade da situação de intrafegabilidade na BR-174, é que essas manifestações legítimas da classe dos caminhoneiros se agrava muito mais a partir do momento em que os produtos transportados por essa classe, Deputado **Chicão**, chega para o nosso consumidor em Roraima a um preço mais caro, porque eleva-se o preço por conta do tempo que demanda, elevam-se os preços por conta do combustível gasto devido à condição de intrafegabilidade da estrada, eleva-se o preço por conta dos danos causados ao caminhão e, em consequência disso, o caminhoneiro aumenta o valor do frete, e quem paga isso é o contribuinte, o mesmo que já pagou o seu tributo para que o poder público tivesse esse recurso para, de maneira ilícita, irregular, ou pelo menos suspeita contratar essas empresas que Vossa Excelência acabou de citar.

Eu gostaria de sugerir ao Governo do Estado mudar o nome de PRODESAIMA para Cruz das Almas porque o que está acontecendo na BR-174 são muitos acidentes, muitas pessoas estão sendo acidentadas e morrendo por conta da intrafegabilidade. Então, esse convênio entre a CODESAIMA e a Secretaria de Infraestrutura seria Cruz das Almas, inclusive, fomos à CODESAIMA há poucos dias cobrar do Presidente um convênio de cento e quarenta e oito milhões e quinhentos mil reais que entrou nos cofres daquela companhia, mas até hoje não se sabe o que feito com esses recursos. Segundo ele, está nesse convênio Cruz das Almas é o que nós gostaríamos de saber e dizer que estamos aguardando a resposta o quanto antes.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado **Flamarion**, eu não sei muito a respeito dos contratos de estradas, mas tenho uma lembrança muito clara, eu não sei se lavaram ou enxaguaram dinheiro, mas eu lembro que quando foi asfaltada a BR-174, o trecho mais caro foi o da reserva indígena feita pelo nosso brioso 6º BEC e foi o primeiro que se acabou. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua- Deputada **Aurelina**, não dá para discutir, mas o 6º BEC pode ter falhado tecnicamente nisso, mas é inquestionável os relevantes serviços prestados a Roraima na época em que não existiam empresas, ninguém queria prestar serviços e as dificuldades eram enormes, e quem abriu as nossas estradas foi o 6º BEC que infelizmente foi esquecido.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Deputado **Flamarion**, gostaria de saber de quantos dias será esse contrato de manutenção de tapa-buracos? Porque se não me engano são 730 dias.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – São 730 dias, Deputado, inclusive, o de manutenção e conservação da BR-174 até Caracará são 730 dias.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Deputado, são quase dois anos de obras de manutenção nas estradas. Quero dizer que a manutenção dos buracos será feita nas partes onde ainda não começou. Quero saber se isso consta no contrato.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – A operação será feita de Caracará até a divisa, dividido em quatro trechos, ou seja, quatro empresas farão essas obras. E o Governo do estado só entrará com 3% da obra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Mas, o Governo Estadual tem uma contrapartida?

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Tem uma contrapartida de 3%. Então, eu trarei resposta a essa dúvida. Andamos nesse trecho e não vimos nenhuma máquina trabalhando, passamos por canteiros, procuramos conversar com as pessoas. Os canteiros ainda não foram retomados pelas empresas que têm contratos com a BR-174, como eu falei esses contratos somam 560 milhões. E, o que nós queremos de fato é que tenha condições de trafegabilidade, consequentemente haja mais tranquilidade e menos risco de vida. A nossa equipe sofreu acidente, as imagens confirmam isso, nós o consideramos gravíssimo, graças ao motorista que foi cauteloso senão

teria descido o aterro e vitimado alguém.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira**

- Apenas uma observação dentro deste questionamento. Ninguém melhor do que Vossa Excelência para ter conhecimento de causa, como engenheiro e ex-Governador, pois estamos enfrentando em Roraima um período chuvoso que, segundo os mais antigos, desde o início da história de Roraima, nunca choveu tanto. Vejam bem, é difícil fazer estradas na Amazônia brasileira, pois de Manaus a Porto Velho nós não temos uma ligação por estradas.

A Deputada **Aurelina** questionou a demora do 6º BEC de fazer um quilômetro por ano, é muito tempo. No trecho de estrada, o trabalho feito, Boa Vista/Caracará, conforme se observa quando se viaja pelo Brasil, percebe-se que o asfalto é de alta qualidade. Então precisamos é completar esses trechos que realmente não é barato, e precisamos do sol para poder trabalhar. Amanhã todas essas frentes de serviço, conforme compromisso do governador em exercício, irão iniciar essas recuperações, é um paliativo enquanto passa o período chuvoso para então concluir o asfalto de qualidade na BR-174.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Temos um documento do DNIT datado do dia 27 de abril quando os Deputados **Remídio Monai, Marcelo Natanael e Naldo** e eu fomos de carros até Manaus para verificarmos a situação da estrada. Encaminhamos, após, um documento para o DNIT, que nos respondeu destacando, entre outras coisas, o atraso dos contratos com as empresas da BR-174: da CMT, DELTA, do CALEFFI e do consórcio ENGESA, todos eles com atraso físico das obras. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa, membros do meio de comunicação, amigos, amigas, companheiros que nos escutam através da Rádio comunitária Anauá da região sul do Estado, os que nos assistem através do sinal da UNIVIR, a todos meu cordial bom-dia. Cumprimento o companheiro e amigo em visita a este estado, empresário Alceu Cinveusque.

Caros amigos, uso a Tribuna hoje para trazer informações de interesse desta Casa e da sociedade roraimense, no tocante aos trabalhos e atos que estamos realizando através das comissões desta casa, para a emancipação de novos municípios.

Em visita de quatro a sete deste mês ao Estado Mato Grosso, fui recebido pelo Presidente daquela Casa, Deputado **José Rivas**, reunidos também com o Deputado **Gilmar Dom Busque**, Presidente da Comissão Permanente, daquela Casa, de revisão territorial de municípios e cidade; com o Doutor **Salim Abdala**, Presidente da Associação Matogrossense de áreas emancipadas e anexadas. Fui ao Estado com a finalidade de colher subsídios para a criação de municípios, pois Mato Grosso tem conhecimento e experiência muito grande na criação de novos municípios. Daquele Estado foi desmembrado o Mato Grosso do Sul que, ficou com um pequeno número de municípios, hoje já tem 141 Municípios, o que foi preponderante para o crescimento daquele Estado, transformando-o em celeiro desta Nação. Das participamos, verificou que a partir da emenda constitucional nº 15, houve empecilhos para a criação de novos Municípios. O Estado do Mato Grosso deu início aos atos para a criação de 16 Municípios, mas o TER autorizou a realização do plebiscito em 15 desses. No décimo sexto só não foi feito o plebiscito porque o Município mãe contestou a área que estava sendo tirada, pois estava diferente do que foi abordado junto à comissão que entrou com uma ação, questionando que o parágrafo quarto do artigo 18 da Constituição Federal não tinha sido regulamentado. Então, o décimo sexto município a ser criado ficou sem o plebiscito. Entretanto, a União, a justiça, não reconheciam os 15 Municípios, onde houve a realização dos plebiscitos, e a Assembleia tinha aprovado a sua criação. Em razão disso, nós recebemos das lideranças políticas do Mato Grosso, informações que a Assembleia Legislativa do Mato Grosso, então, ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a emenda constitucional número 15. O STF concedeu, então, 18 meses de prazo para o Congresso regulamentar o parágrafo quatro do artigo 18 da Constituição Federal. Decorrido esse tempo em branco, sem que o congresso nacional regulamentasse, em 2006 a Assembleia Legislativa entrou com mandado de injunção no STF para conseguir essa determinação do STF. Em 2007, o STF, em decisão da Ministra Ellen Gracie, definiu que a Assembleia Legislativa não tem legitimidade ativa para ingressar com esse tipo de pedido. Logo em seguida, num acordo político com o Congresso, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 57, que homologou os atos da criação, não só dos quinze municípios do Estado do Mato Grosso, mas também de diversos outros Estados. Se não me engano, foram 59 municípios, cujos atos de criação em plebiscito foram

realizados após a edição da Emenda Constitucional nº 15. Hoje, nós estamos num impasse, só podemos criar novos municípios se o parágrafo quarto do artigo 18 da Constituição Federal de 88 for regulamentado. Como a Assembleia Legislativa não tem representatividade para ingressar com mandato de injunção de acordo com o STF, o Estado do Mato Grosso criou a Associação Matogrossense de áreas emancipadas e anexadas. Nesta semana, o Estado do Mato Grosso, através de uma associação criada com estatuto próprio, registrada em cartório, com CNPJ com personalidade jurídica, estará ingressando com novo mandato de injunção, agora sim, com legitimidade ativa para propor remédio jurídico.

Também, quero dizer que após essa Associação dar entrada a esse mandado de injunção, cuja cópia iremos receber para que todos os Estados da Federação procedam da mesma maneira, mostrando a necessidade do Governo Federal estabelecer as regras para criação dos novos municípios. Estado, como Roraima, cujo desenvolvimento e crescimento econômico possam necessariamente pela criação de novos municípios se faz necessário a conjugação de forças, de energia de todas as lideranças políticas do País, não podemos mais esperar. Cito o exemplo do Distrito do Castelo dos Sonhos no Pará, Deputado **Xingu**, Vossa Excelência que é natural do estado do Pará, Castelo dos sonhos é um Distrito com mais 12 mil habitantes, e que está a 984 quilômetros da sede do município de Altamira. As dificuldades desses Distritos são imensas, e aqui nós também temos Distritos que passam por essa dificuldade. Nós precisamos trabalhar, para que se crie no Estado a Associação Roraimense de Áreas Emancipadas, bem como criar aqui na Assembleia uma Comissão Permanente de Revisão e Criação de Novos Municípios e Cidades. Temos a Comissão Permanente, para que as comissões, criadas para sul, norte e central, trabalhem em conjunto com essa comissão, como fez Estado do Mato Grosso. Mas, trouxemos mais notícias. Está em fase final o projeto de lei, na Casa Civil da Presidência da República. Deputado **Rodrigo Jucá** que vem estabelecer os critérios para a criação de novos municípios e é interesse da Casa da Civil encaminhar ainda este mês ao Congresso Nacional esse projeto que traz alguns dispositivos que ainda estão em fase de discussão. O primeiro estabelece uma média aritmética do número de habitantes para que um Distrito venha a ser emancipado. Essa média aritmética é obtida da seguinte forma: os 25 municípios com o maior número de habitantes não fazem parte desse cálculo; os 25 % dos municípios brasileiros com o menor número de habitantes também não fazem parte; os 50% restantes somam-se ao número de habitantes, divide-se pelo número de municípios e obtem-se a média nacional 11.900 habitantes, esse é o número mínimo. Para região sul e sudeste, o distrito a ser emancipado tem que ter 11.900 habitantes. Pela proposta, na região nordeste, os novos distritos têm que ter 70%; e para as regiões centro-oeste e norte tem que ter 50%, que seriam 5.950 habitantes. A AMAE, olha a importância da criação da Associação, por isso que o Mato Grosso está na vanguarda nesse assunto, apresentou a proposta para que, para as regiões norte e centro, oeste seja exigida apenas 30% dessa média, não foi aceita pela Casa Civil, mas na semana passada, depois de muitos debates, acertou-se que o percentual seria de 40% o que vai nos dar uma exigência de ter pelo menos, 5 mil habitantes por novo distrito, o que vem coincidir com os números que as comissões estão trabalhando hoje na Assembleia.

Então, esse projeto de lei estabelece também que, para se criar novos municípios, os atos devem ser realizados até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao ano de eleição e posse dos novos Prefeitos.

Então, se quisermos ter êxito na criação dos novos municípios, dar posse aos novos prefeitos e vereadores, precisamos dar mais velocidade aos nossos trabalhos. Restam pouco mais de quatro meses para efetivação desses atos. O Estado do Mato Grosso já está com 56 processos de novos distritos concluídos, só aguarda aprovação da lei que regulamenta o parágrafo quarto do artigo 18 da Constituição Federal.

Então, estamos trazendo hoje para esta Casa, a seguinte sugestão. Deputado **Chico Guerra**, Presidente desta Casa nos autorizou fazer essa visita, juntamente, com o Doutor Lindomar, Presidente do Grupo Técnico de Criação dos Municípios. Após todas informações, colhidas em reuniões, trouxemos, sugerimos a esta Casa para que os Deputados trabalhem junto as suas bases, no sentido de criarmos a associação roraimense de área, emancipando, aprovando seu estatuto, registrando em cartório e obtendo o CNPJ para que possamos também ingressar com mandato de injunção, não podemos ficar dependendo do projeto de lei. Como tantos já estão tramitando no Congresso, não podemos ficar esperando, temos que entrar com mandado de injunção com uma força de pressão junto ao Congresso

para que efetivamente vote esse projeto. Estamos sugerindo também, que esta Casa altere seu Regimento Interno e crie uma Comissão Permanente de Revisão Territorial dos Municípios da Cidade deste Estado, para que nós tenhamos mais solidez nas ações e essa Comissão venha efetivamente coordenar os trabalhos das Comissões que já foram instituídas das Comissões Provisórias. Também trouxemos a sugestão para realizar uma grande audiência pública na Assembleia Legislativa, visando debater esses assuntos trazendo caravanas de todos os distritos que pretendam e tenham condições de serem emancipados. discutirmos o Projeto de Lei que está sendo concluído na Casa Civil, para que cresça, em todos os setores deste Estado, de Norte a Sul, Leste a Oeste, o sentimento da necessidade de criarmos aos municípios como fator preponderante, como condição cívica ou não para o crescimento e desenvolvimento do Estado de Roraima em prol de toda sua sociedade. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ocupo hoje esta Tribuna para relembrar um pouco a trajetória deste parlamento. Sou Deputado eleito pela vontade popular há dezesseis anos, anos de luta, dedicação e trabalho em prol desta sociedade que tanto sofre. Durante estes longos anos, acompanho todo o tipo de oposição nesta Casa, aliás enalteço a importância da mesma, pois é através das críticas construtivas feitas pela oposição que colhemos ideias para chegarmos a resoluções de muitas questões. Mas, Senhores Deputados, essas críticas deveriam ser sempre construtivas, não como vem acontecendo, isto é, o atual governo vem sofrendo verdadeiros ataques. A oposição desta Casa não tem feito esse papel, pois ela tem sido dura e cruel em suas colocações. Não vejo nenhum Deputado governista atacar o péssimo desempenho da Prefeitura de Boa Vista, embora admire e o atual Prefeito, que foi membro deste Parlamento e amigo de muitos Deputados. Não vejo nenhum Deputado governista se reportar contra a má atuação da Prefeitura, atacando seu irmão, Deputado **Ionilson Sampaio**. Não fazemos porque não é esse nosso papel, temos que nos ater às necessidades do povo e procurar, de alguma forma, ajudar a prefeitura e governo para que possam resolver esses problemas. Ouvi, aqui, o Deputado Mecias de Jesus reportar-se sobre as condições em que se encontra a BR 174, falou sobre a quantidade de buracos e a luta, a dificuldade que as pessoas enfrentam na BR, mas não disse que o governo está consertando, apenas comentou o alto preço, como se o Governo do Estado fosse dono do preço, como se Governo do Estado mandasse naquele preço. Os controladores do Governo Federal, CGU, Ministério Público Federal, as instituições federais, estão ai para fiscalizar, elas vão se manifestar com relação a isso, o que não pode é a BR ficar do jeito que está. Ouço Deputado falar aqui que o Governador **Anchieta** já gastou quinhentos milhões de reais na BR-174, eu olho, como diz o meu amigo Chico Rodrigues, pelo retrovisor do tempo, e vejo que até agora o Governo do Estado gastou 80 milhões de reais para as empresas que estão trabalhando dentro da BR-174, restando ainda mais de 450 milhões de reais que Parlamentar aqui costuma dizer que está guardado e ouvindo a conversa, o Governo não está se esquivando, ajoelhando, acovardando, não está deixando de enfrentar o problema, porque aquele que não enfrenta o problema, é porque não está preparado para as linhas e obrigações do sucesso. O Governador **Anchieta** tem as suas falhas como qualquer ser humano, ainda há pouco eu vi o meu bom e idolatrado amigo **Mecias de Jesus** falar sobre uma pobre senhora que chegou com lágrimas nos olhos, estando em pleno sol quente, na BR-174, aquela senhora estava lá e olhou para o parlamentar e disse: “ a culpa é sua governador, com lágrimas nos olhos, o Senhor nos deixou da maneira que estamos”. Deputado **Mecias**, vou lhe dizer uma coisa, o passado me trouxe uma lembrança quando eu via pais e mães de famílias, no ano de 2002, desorientados, com lágrimas nos olhos, com risco no coração, sem esperança e perspectivas na sua vida, sem rumo, depois de ter trabalhado 10 anos no Estado, vem a caneta malvada de um cidadão, sem pena, sem coração, sem amor ao próximo, diz; “tu, João, está fora sem direito a nada, vou te demitir, porque se não demitir, não vou dormir tranquilo” e ali foram 10 mil pessoas naquele dia perverso. Dia sombrio, quando a chuva naquele dia foi mais intensa que nos últimos dias. Eu me lembrei desse dia, Deputado **Mecias**. Mas, Senhor Presidente, deve dizer a Vossas Excelências que a bandeira do Estado de Roraima sempre foi de luta, seja para qualquer pessoa que estivesse ali. É preciso acabar com certas posições dentro desta Casa e fora, pessoas que vibram com as dificuldades, tem pessoas que ficam tão alegres e contentes ao chegarem aqui e apontar o erro ou os erros do governo que parece um orgasmo cibernético, Senhor Presidente, como é satisfatório por essas

pessoas aqui e apontarem o dedo como se ela jamais tivesse cometido um erro, como jamais estivesse se quer feito nada de errado, mais a imprensa amanhã vai divulgar, Deputados de oposição cobram do Governo do Estado atenção à BR-174, ainda bem que a minha amiga Paula está aqui presente, é uma que considero mais imparcial nos jornais, mas devo dizer, a Vossa Excelências, que a política do Estado de Roraima ela não pode passar por uma transformação negativa, ao invés da oposição vir aqui e apontar o dedo, ela poderia trazer projetos, propostas, como Vossa Excelência, Deputado **Mecias** faz, trazer propostas que melhores a qualidade de vida das pessoas, já imaginou Deputado **Ionilson** eu chegar aqui todo alegre, satisfeito, e dizer; oba, que bom, a Prefeitura não pagou os servidores da saúde, oba, que bom, a Prefeitura abandonou a praça das águas, como a Prefeitura está ruim, ai vou dizer eu o Prefeito **Iradilson**, meu amigo colega desta Casa, companheiro desta Casa é o errado, vou apontar o dedo para seu irmão. Não vou fazer isso, Deputado, porque a responsabilidade do seu irmão eu conheço, se ele não está fazendo mais é porque não pode, é porque os recursos são poucos. Não vou de maneira nenhuma agredir e tornar a posição da oposição, como também não vou apontar o dedo para as outras pessoas que têm os mesmos problemas, mais não posso compactuar com a ideia: o Estado quanto pior, melhor, temos que transformar este Estado, cada dia melhor tornar fácil e útil a vida das pessoas, com políticas públicas, visando melhorar a qualidade devida. O programa do vale-alimentação, implantado em época passada pelo então Brigadeiro **Ottomar de Souza Pinto**, pessoalmente ia para o sol quente entregar cestas básicas para as pessoas, e depois foi implantado pelo PR, Deputado **Mecias** sabe que o programa vale-solidário foi implantado pelo PR, através do Deputado **Luciano Castro**, na época do governo do **Flamarion Portela**, apresentou o programa, hoje, o governo apresenta o crédito social, porque antes o vale não estava sendo pago, a Secretária do Bem Estar Social fez um recadastramento, chegou na porta das pessoas: como é o nome do Senhor? Meu nome é Antonio fulano de tal. Pois é, estou vendo dois carros na garagem, tem alguém que trabalha e faz parte do vale? Não. Quem recebe o vale sou eu mesmo. Isso é justo, é justo para as pessoas que não têm. O Governo tem que ser justo, e toda administração passa por uma transformação, umas ruins outras melhores, mas elas passam: Senhor Deputado, Senhor Presidente, que eu não tiro o mérito da oposição, eu acho que a oposição tem que existir, pois ela constrói, e não destrói. Quando ela apresenta propostas que constroem, não simplesmente chegar aqui e todos os dias apontar o dedo, como se o Governador Anchieta fosse um monstro, que este Estado criou desqualificando centenas de pessoas, que foram às urnas dizer que naquele momento, ele era a melhor opção para governar o Estado de Roraima. Era o que eu tinha para dizer, Senhor Presidente. Agradeço a oportunidade para dizer que a política é dinâmica, nós estamos sempre atentos às questões que nós entendemos serem importantes para a população do nosso Estado.

Eu, como aliado, não posso, de maneira nenhuma, permitir que todos os dias eu veja a oposição bater, bater, e ninguém vir aqui apresentar uma contraversão dos fatos que acompanham a história do nosso Estado. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus**- (pede questão de ordem)- Permita-me Presidente, solicitar à assessoria de comunicação da Casa, providenciar cópia da fita bruta a todos os Deputados da casa, da nossa viagem a BR 174, para o Deputado **Jalser Renier** escutar a entrevista da velhinha, a dona Rosa.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**- Senhoras e Senhores Deputados, tratarei de um assunto é diferente ao da BR174. A minha mensagem, Deputada **Aurelina**, é pedir socorro, a todos os parlamentares se unam para salvar uma das maiores obras culturais do nosso Estado, diz respeito aos Canarinhos da Amazônia, o livro de ouro está passando, visando restabelecer a energia que lamentavelmente foi cortada.

Vou ler o ofício que recebi da instituição, de utilidade pública, aqui no nosso Estado. A associação Canarinhos da Amazônia existe há 19 anos, todos os Senhores têm essa cópia. Dedicar-se a centenas de crianças de Roraima, oriundas das mais variáveis realidades sócio-econômicas, a maioria carente, um público infante-juvenil, portanto vulnerável aos riscos proporcionados pelo contexto onde vivemos, expostos a drogas. Eu que tenho um filho que é dependente químico fiz questão de defender, porque eu sei que esse trabalho recupera ou evita que muitas crianças busquem a droga.

Não tenho vergonha de dizer em público que tenho um filho dependente químico, eu sei o quanto isso é dolorido, o quanto custa para a vida de uma família. Em relação a violência sexual doméstica,

essa instituição também se preocupou. Criou coral, criou vários cursos culturais, não só em Boa Vista, como na nossa fronteira, em Pacaraima. Em Boa Vista, que eles têm a sede alugada, no bairro São Pedro, que oferece educação musical, e a arte do canto coral, inglês, espanhol, macuxi, teoria musical, prática instrumental e artes marciais.

As crianças recebem alimentação, fazem concertos didáticos, campanhas de solidariedade em parcerias com instituições conceituadas do nosso Estado. Várias vezes fizeram campanhas com a maçonaria, com Exército, com o Corpo de Bombeiros e outras instituições de credibilidade em Roraima.

Qual é a meta dessa instituição? Continuar treinando os canarinhos embaixadores da paz, nas escolas, nas comunidades, igrejas e na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Nos últimos quatro anos, a instituição manteve parceria com a TIM, através de contrato com responsabilidade social. Devido à mudança ocorrida na presidência da TIM, esse contrato foi cancelado, a partir daí começou toda a dificuldade.

Há, também, Senhor Presidente, um convênio com Estado de Roraima. É fato que a instituição teve problemas com a prestação de contas, acompanhei passo a passo, é fato, que o Governador do Estado se envolveu pessoalmente, para regularizar e liberar parte dos recursos, referentes ao ano passado que ainda estão pendentes, mas a burocracia do Estado não facilita nada. Eu não estou pedindo que a burocracia facilite a ilegalidade, eu estou pedindo que burocracia busque a legalidade e resolva o problema do convênio do ano passado, que está pendente. E, em consequência, luz cortada, aluguel atrasado, conseguindo alimentação através de pessoas que ainda se dedicam e que acreditam nessa instituição, eu faço parte dessas pessoas.

Começa a faltar verba para pagar a energia, água, coisas básicas, para pagar os professores. Portanto, começa toda uma dificuldade de continuar funcionando uma instituição de credibilidade. Mais de duas gerações já passaram por aquela instituição, muitos se tornaram músicos, outros buscaram outros caminhos, que eles obtiveram a sua formação através da cultura, a sua formação profissional e, hoje, os jovens que já passaram por essa instituição, sabendo dessa dificuldade, se juntaram à instituição, à maestrina para salvar os Canarinhos da Amazônia. Aqueles, que passaram pela instituição, estão unidos, buscam uma alternativas para manter os Canarinhos da Amazônia na ativa.

Senhor Presidente, peço a de Vossa Excelência, quebrar o protocolo, em vez de ver uma lágrima nessas crianças, queremos ver essas crianças cantando para o povo de Roraima, na Casa do povo. A única coisa que eles pedem aqui, é que os deixem cantar para nós. Então, em forma de socorro, pedimos que permitam que os Canarinhos da Amazônia cantem. Pedimos que Deus ilumine a mente dos nossos dirigentes para que essa instituição continue viva, preparando outras gerações. Em favor à presente geração, solicito de Vossa Excelência que autorize que cantem, o socorro resulte deles em canto, se manifeste através da música.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira**- A mesa, conhecendo a Associação Canarinhos da Amazônia, através da Miriam, do Gilmar, conhecendo trabalho, a eficiência e qualidade, a Mesa Diretora acata pedido de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**- Muito Obrigado, o livro de ouro está passando, vários Deputados já assinaram.

Aparte concedido Senhora Deputado **Aurelina Medeiros**- Todos nós conhecemos e louvamos o trabalho dos Canarinhos da Amazônia, de quem já recebi a solicitação, e que eu estava lendo. Talvez com o que possamos contribuir vai resolver o problema deles. Então, a nossa gestão seria ajudar, buscar e cobrar os recursos do convênio, assinado com o Governo. Então vamos fazer isso, pessoalmente, vamos pedir a liberação. Acho que é um compromisso de todos, não medir esforços para regularizar a situação do convênio.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**- O meu apelo a todos os colegas é a criação de uma Comissão, que, junto ao Governo se busque solução, pois o que estamos fazendo aqui não vai resolver o problema.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Deputado **Joaquim**, é digno de elogios vosso apoio, ter acolhido o pleito do Canarinho da Amazônia, assim como todos os Deputados que apoiaram. Na verdade, essa ação emergencial não basta, estamos aqui vendo no informativo que já estão há 7 meses buscando esse apoio do poder público. E a título de informação, Vossa Excelência, que foi Prefeito de Iracema, semana passada estive conversando com o Bispo Dom Roque Palosque, ele estava lamentando também que a igreja tem buscado o apoio do Governo do Estado em relação à Fazenda da Esperança, que trabalha com os dependentes químicos, e o governo tem prometido, o Governo do Estado visitou a Fazenda, mas nada de concreto acontece. Parece que há um total

desleixo do Governo do Estado com essas associações, Fazenda da Esperança, enfim, com uma série de instituições que trabalham no campo social. Então, vamos pedir apoio da liderança do governo do Estado nesta Casa, da Presidência da Assembleia, para que o governo resgate esses compromissos sociais e cumpra com o que se compromete, não faça apenas pirotécnica na mídia, como está acostumado a fazer. Obrigado

(Apresentação do Coral).

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente. Aproveito a presença da Maestrina Miriam Bross, à frente do maravilhoso coral para informar que o Deputado **Joaquim Ruiz** está recolhendo 100 reais para ajudar a apagar energia elétrica da escola dos Canarinhos da Amazônia, o que é triste para nós. Tenho uma solicitação a fazer aos Senhores Deputados: primeiro, uma sugestão minha: que cada Deputado, durante dois meses dê quinhentos reais por mês, como ajuda a sanar compromissos mais urgentes. Há uma sugestão do Deputado **Jalser Renier**, para apresentar uma Emenda Parlamentar com todos os Deputados, para assegurar que o Governo repasse recursos para a Instituição durante o próximo ano.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Nós vamos, professora, de alguma forma, ajudar vocês, aguarde até o final do ano, que no começo do ano haverá novidade para vocês. Procure-nos, vamos marcar uma audiência, nós temos um fundo aqui na Assembleia, quem sabe a gente não possa fazer uma parceria, temos um coral aqui que está desativado, quem sabe a gente possa por o coral para ativar e fazer um convênio para manter, pelo menos, as despesas básicas de vocês.

Retomando os nossos trabalhos, passamos para Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Requerimento de Pedido de Informação.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Requerimento é de autoria do Senhor Deputado **Soldado Sampaio**, que está ausente. Portanto, é de praxe transferir a matéria para a pauta da próxima Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Como o procedimento é de praxe, transfiro a discussão e votação do Requerimento, de autoria do Deputado **Soldado Sampaio**, para a próxima Sessão.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões conjuntas possam se reunir para deliberar as matérias em pauta.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo matéria para a Ordem do Dia, passamos para as Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Em nome do PDT, partido que realmente exerce a democracia trabalhista no Brasil reitiro aos meus Pares o convite para hoje às 18h, na sede do PDT receber a Executiva Nacional e a mudança do Diretório Regional e dos municipais.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 10 à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 10/08/11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
 DO ESTADO DE RORAIMA
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

